

avançam pelo progresso inexorável, como os EUA, Alemanha, URSS, França, Inglaterra etc., reservam para os seus técnicos.

Nosso Estado, para o bem do Brasil, abre, com o trabalho fecundo de sua população e a contribuição inestimável de seus técnicos do serviço público, as primeiras picadas nas florestas densas do atraso secular. Mas neste caminho apenas ensaiamos os primeiros passos, estando quase tudo por fazer, motivo pelo qual o papel da estrutura administrativa em geral e dos engenheiros do Estado em particular, constitui elemento básico para o desenvolvimento de São Paulo, desenvolvimento esse que consubstancia a esperança de dias melhores para o País e que trará, dentro de si, as possibilidades de desvio do caos social que a todos preocupa. Eis as razões maiores que impõe às altas autoridades de São Paulo consolidarem as bases administrativas do Estado, prestigiando-as inclusive aos técnicos, que fazem parte integrante de sua própria estrutura.

No que se refere aos seus quadros especializados, mais grave se apresenta o problema, pois formando e adquirindo experiência durante anos de serviço, os conhecimentos acumulados pelos engenheiros do Estado se constituem um patrimônio público a preservar, que não pode ser dispensado, aviltado ou enxovado por administrações passageiras.

Que triste herança estaria reservada para o próximo governo, se mão de ferro levasse a honrada classe dos engenheiros do Estado, ante ameaças, a "amarrar a trouxa de suas convicções", no dizer de Ruy!

Não restariam técnicos com o entusiasmo para a construção, para o progresso requerido, mas sim sombras de homens que sob a guante da ilegalidade, se recolhessem com o medo estampado no rosto com sua folha de serviços rota perante o povo, sem forças morais para levantar um lapis sequer. O momento exige ponderação e equilíbrio. Jamais deixamos de encerrar a matéria dentro desses princípios, sempre evitando nortear atitudes por detalhes de somenos. Mas infelizmente esta amplitude de visão da matéria não tem merecido a receptividade esperada. Os sucessivos comunicados oficiais sobre a crise perdem-se em detalhes de segunda ordem, que nos obrigam, a fim de que a verdade se exponha por inteiro, a prestar, em oportunidade própria, todos os reais esclarecimentos sobre as diversas fases do movimento.

Com a ponderação que o caso requer, mesmo tendo o Executivo com o envio no dia 16 p.p. da mensagem restritiva, dado mostras de total afastamento do reivindicado, ainda que contando com o apoio de inúmeras entidades de classe do funcionalismo e sindicatos dos trabalhadores, a A.E.E. tem insistido junto ao Executivo sobre a necessidade de uma solução conjunta, evidenciando assim todos os esforços para evitar o agravamento da crise.

Dentro desse espírito e sempre pronta a oferecer oportunidade para solução rápida e justa da matéria a A.E.E., considerando a exposição feita pelo sr. presidente da Associação dos Advogados do Estado, sobre a aceitação pelo sr. procurador-geral do Estado, representante do sr. governador junto aquela classe, do princípio da escala móvel de salários e vencimentos para a fixação das referências (das carreiras de médico, engenheiro e advogado) ponto básico reivindicado, deliberou em sua assembléia geral, realizada no dia 19 p.p., o seguinte:

- 1.º) — Volta à normalidade dos trabalhos para propiciar a finalização da solução pretendida;
- 2.º) — Manter-se em assembléia permanente realizando a próxima na quinta-feira, dia 22, às 18 horas e 40;
- 3.º) — Manter o mesmo espírito de luta até final solução;
- 4.º) — Aprovar a iniciativa de constituição de uma comissão especial integrada pelos presidentes do Instituto de Engenharia, do Instituto dos Arquitetos, da Associação dos Empreiteiros, do Sindicato dos Engenheiros e do Sindicato das Grandes Estruturas, que, assessorada pela comissão da própria classe, constituída dos engenheiros Valdo Silveira, Armando Pera, Antonio Sobral, Paulo Seixas Queiroz e Olavo Freire de Souza, encaminharão os entendimentos para solução final do problema;
- 5.º) — Manter como pontos-base para esses entendimentos o princípio da escala móvel das referências com os índices já fixados em assembléia geral anterior".

**O SR. PRESIDENTE** — Tem a palavra o nobre deputado Jorge Nicolau.

**O SR. JORGE NICOLAU** — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, causticantes são os caminhos que percorre a Democracia até conseguir o seu aperfeiçoamento. Através de longas e penosas caminhadas, quase sempre dolorosas, vai o povo compreendendo o significado dimensional da liberdade e dessa forma, impondo os postulados democráticos que, no regime representativo, encontra sua forma de expressão adequada. Acompanhe-se a história dos povos, suas lutas pela liberdade, suas aspirações de soberania e negativamente haveremos de convir que a nossa época representa o passo mais largo no sentido da plena democratização. A Organização das Nações Unidas, ao derrotarem os povos amantes da liberdade o último reduto do fascismo, argamassou em sua Carta de Princípios, aqueles direitos fundamentais do indivíduo que, embora há muito reconhecidos, não tinham vigência em muitas nações civilizadas. Não foi por acaso que, nestes últimos 15 anos, surgiram mais de 34 novas nações que obtiveram a sua alforria da escravidão a que se achavam submetidas, em virtude do extraordinário impulso que a liberdade encontrou no sentimento de toda a humanidade. Não reconhecer isto, Srs. deputados é querer que o mundo continue vegetando nos escaninhos da Idade Média, sem perceber o formidável avanço da ciência como fruto da liberdade em todas as dimensões. Quando a liberdade deixa de existir, com ela também desaparece o poder de criação e fenecem as fontes mais nobres da inspiração humana. Assim é quanto aos bens materiais, como, também, quanto aos bens espirituais. Pela liberdade milhões de seres humanos sacrificaram suas vidas. Ela é, pois, um bem que não se negocia, que não se pede e que não se implora, porque é um bem inerente ao próprio progresso da sociedade. Estas palavras, Srs. deputados, eu as profiro neste momento, quando sou vítima de uma grande injustiça que atinge em cheio a liberdade de escolha de vários milhares de cidadãos paulistas. Todos sabem que uma grande parcela do eleitorado de São João da Boa Vista, minha cidade natal, e de várias regiões do Estado, me reconduziu, com expressiva votação, à cadeira que ocupava, e ainda ocupo, nesta Casa. Aconteceu que inimigos políticos já por várias vezes desmascarados em situações idênticas a esta, não satisfeitos com a minha vitória eleitoral, entraram a conspirar contra o meu mandato. Desgraçadamente, ainda vige para o registro de candidatos a cargos eletivos, determinados preconceitos inexplicáveis numa democracia. É aquele que, através da apresentação pura e simples de denúncias do Departamento de Ordem Política e Social, pode o registro do candidato, a critério do Tribunal Regional Eleitoral, que pode ser rejeitado ou delegado. Foi o que aconteceu conosco. Fomos acusados de comunista. E, com base nessa denúncia, nosso registro foi rejeitado. De outras vezes, idêntica situação se apresentou, com a diferença de que o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo jamais acolhera simples suspeitas e denúncias partidas de argumentos frágeis e inverídicos. Por outro lado, quando todos supunham que o Superior Tribunal Eleitoral, acolhendo o nosso recurso, fosse discutir o mérito da questão não tomou conhecimento, mantendo a decisão injusta do TRT. Com ela não me conformo, Srs. deputados. Todos sabem que não pertencemos ao Partido Comunista, nunca pertenci e jamais professei a ideologia comunista. Se em determinadas etapas da minha vida pública, determinadas posições políticas que adotei coincidiram com a linha política do PC, foi isto apenas coincidência e não significa que tenha eu pertencido a esse partido.

Porque, então, esta insistência em querer que eu exiba uma condição política e ideológica que não possuo? Ora, Srs. deputados, a imputação é ainda mais inconcebível por originar-se de um órgão de opiniões duvidosas como é o DOPS.

Em discurso proferido na Câmara Federal, o deputado Nelson Omeña afirmou que, ao tempo em que exercia o cargo de Ministro do Trabalho, determinada autoridade do DOPS apresentara-lhe duas fichas referentes a respeito do então deputado federal Euzébio Rocha. Quer isto dizer, Srs. deputados, que as denúncias e acusações desse órgão são feitas ao sabor das conveniências. O mesmo tem acontecido comigo nestes últimos anos, quando me dispunha a participar de qualquer pleito eleitoral como candidato. Sempre pertenci ao Partido Trabalhista Brasileiro e, nessa qualidade fui eleito prefeito de minha cidade e, com esta, pela terceira vez deputado estadual. Apesar de profundamente atingido em minha sensibilidade, aguardo serenamente a última palavra, que será dada pelo Supremo Tribunal Federal. Não deixarei um instante sequer de continuar lutando como sempre lutei como democrata, como patriota que deseja o progresso do Brasil e ama, acima de tudo, a liberdade sem restrições.

Confio em que o Supremo Tribunal Federal reponha a verdade em seu lugar, desmanchando mais uma vez o mal que me pretendem fazer. Como guardião da Justiça, da Constituição e dos direitos dos cidadãos brasileiros, tenho convicção de que o Supremo Tribunal Federal garantirá a minha eleição, mandando empossar-me deputado desta Augusta Assembléia.

Nesta oportunidade, Srs. deputados, quero agradecer ao povo de minha terra a confiança que dedicou à minha pessoa, reconduzindo-me à cadeira que ora pretendem negar-me. Meus agradecimentos, nascidos do mais íntimo de minha alma, são extensivos, também, a todos os colegas desta Assembléia, que me têm auxiliado nesta quadra penosa, oferecendo-me uma solidariedade que

me tem comovido por todas as formas. A todos agradeço, com a confiança de que o Supremo Tribunal Federal fará, finalmente, prevalecer a Justiça, não permitindo que me usurpem a cadeira que me foi plenamente outorgada pelo povo.

Era o que tínhamos a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** — Tem a palavra o nobre deputado Osvaldo Santos Ferreira.

**O SR. OSVALDO SANTOS FERREIRA** (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, volto a insistir com o Sr. Governador, Prof. Carvalho Pinto, no sentido de que determine a Comissão de Risco de Vida e Saúde o estudo dos processos lá existentes e que há muito aguardam solução.

Tanto este orador como a maioria dos Srs. deputados, com assento nesta Casa estão cansados de receber reclamações de funcionários que enviam seus requerimentos àquela Comissão há um, dois e até há três anos, sem que ela se pronunciasse a respeito desses pedidos. Nada mais justo, portanto, do que atender imediatamente a esses funcionários — médicos, enfermeiros e outros — que trabalham diretamente com doentes portadores das mais variadas moléstias.

Além do mais, Sr. Presidente e Srs. deputados, reconhecemos que o regulamento mal feito, pelo qual se orienta essa Comissão de Risco de Vida e Saúde, determina que o pagamento do adicional por risco de vida e Saúde só se processe após o despacho do Sr. Governador e respectiva publicação no "Diário Oficial". É mais um engodo, é mais um tempo que se ganha, é mais um tempo que se furta do direito que tem o funcionário de receber essa parcela que lhe cabe; essa comissão emprega todos os esforços para atrasar esse pagamento.

Devo, ainda, apresentar ao Sr. Governador, na primeira oportunidade, nova reclamação nesse sentido. Não é justo, não é humano, não é certo, não é direito que essa Comissão de Risco de Vida e Saúde, continue prejudicando aqueles que têm direito a um benefício que o Estado lhes concedeu.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** — Tem a palavra o nobre deputado Mendonça Falcão.

(O Sr. Mendonça Falcão pronuncia um discurso que por depender de revisão do orador, será publicado depois).

**O SR. MARCO ANTÔNIO** — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa o seguinte requerimento:

(Lê): "Requeremos à Egrégia Mesa, nos termos regimentais, a inserção na ata de nossos trabalhos de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor Sinésio Chavasco, ocorrido nesta Capital, aos 25 do corrente, dando-se conhecimento do ato à ilustre família enlutada."

#### Justificativa

O falecimento do Doutor Sinésio Chavasco constituiu um acontecimento pesaroso para todos aqueles que o conheceram e tiveram a ventura de usufruir de sua amizade. Foi profissional competente, esposo dedicado, pai amoroso, deixando numerosa prole de nove filhos, todos professores.

**O SR. PRESIDENTE** — Esgotado o tempo destinado ao Pequeno Expediente, vamos passar ao Grande Expediente.

Passa-se ao

## GRANDE EXPEDIENTE

**O SR. PRESIDENTE** — Tem a palavra o nobre deputado Jéthero de Faria Cardoso, por cessão do nobre deputado Sólom Borges dos Reis.

(O sr. Jéthero de Faria Cardoso, pronuncia um discurso que por depender de revisão do orador, será publicado depois).

**O SR. PRESIDENTE** — Tem a palavra o nobre deputado Athié Jorge Coury, pelo tempo restante do Grande Expediente.

**O SR. ATHIE JORGE COURY** — Sem revisão do orador — Sr. Presidente, Srs. deputados, venho hoje a esta tribuna para falar — e o faço pesaroso sobre um fato sumamente lamentável. Trata-se do discurso aqui pronunciado, há poucos dias, pelo nobre deputado Arruda Castanho. Tratou S. Exa. à nesse discurso, dos tremendos problemas que angustiam presentemente o povo paulista e brasileiro? Não! Tratou, por acaso, S. Exa., dos relevantes problemas econômicos, que, por falta de solução adequada, nos deixam a todos como um barco desarvorado, navegando à deriva? Não! Tratou, porventura, S. Exa., dos inadiáveis e graves problemas políticos que estão aí gritando por solução? Não! Teria tratado S. Exa., dos explosivos e cada vez mais prementes problemas sociais que afetam e se manifestam inquietadoramente ao povo brasileiro? Não!

Sr. Presidente, o nobre deputado Arruda Castanho demorou-se cerca de uma hora nesta tribuna para prestar um desserviço ao povo paulista. Aproveitando-se de um pretexto pueril, usou e abusou desta tribuna para extravazar a sua antiga idiossincrasia ao mais eminente dos paulistas vivos — sem querer desmerecer aqueles que honrosamente governaram o grande So Paulo — Prof. Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, um dos maiores governadores de São Paulo de todos os tempos. O maior realizador que passou até hoje pelos Campos Elisios. E não sou eu quem diz. São os fatos que o atestam. O mais sereno, equilibrado, o mais sincero e pessoalmente desambicioso dos governadores paulistas. E estas qualidades são proclamadas e reconhecidas "urbi et orbe" sem distinção entre companheiros e adversários, numa autêntica demonstração de que o povo, em sua instintiva sabedoria, reconhece os valores humanos, onde quer que se encontrem. É a este homem, Sr. Presidente, Srs. deputados, uma das mais altas reservas da nação, um dos mais puros valores do país, que o nobre deputado Arruda Castanho pretende intrigar com o povo paulista, usando de uma linguagem anti-parlamentar e irreverente, indigna de sua cultura e que apenas dá relévo a um temperamento incontinente e incontinente, que não honra a ninguém. Deixa, ainda, transparecer sensíveis recalques e já notória antipatia em relação ao ilustre Governador de São Paulo. "R.A.F." — Rodrigues Alves e família — diz, irônica e hipocritamente, o deputado Arruda Castanho. Felizes os povos que pudessem ter muitos "R.A.F." em suas sociedades! Esse nome, essa família, nobre deputado, cultiva as mais puras tradições cristãs e democráticas. As excelsas qualidades e virtudes que singularizaram, sempre, este algumas vezes centenário tronco e os incomensuráveis serviços que já prestou e vem prestando a São Paulo e ao Brasil, constituem um galardão de honra para os seus descendentes e um motivo de glória e respeito para todos os brasileiros e em particular para nós, paulistas. Não seriam as diatribes e aleivosias do deputado Arruda Castanho que iriam de-merecer tão ilustre Casa. Além do mais, Sr. Presidente, há um aspecto da atitude do nobre deputado Arruda Castanho de uma melancolia dolorosa: é o fato de S. Exa., fazer um discurso desta natureza, quando já considera o Prof. Carvalho Pinto "falecido" politicamente e quando realmente ele está no auge de seu poder governamental.

Prova de coragem? Mesmo fazendo "tábula rasa" da falta de respeito ao nosso governador — respeito que o nobre deputado procura proclamar inconsequente e contraditoriamente, nesta altura dos acontecimentos, quando o próprio deputado já "enterrou" o Governador, não nos parece muito corajosa a sua atitude, mas apenas lamentável, triste e deprimente para todos nós. Democracia, palavra com que o nobre deputado Arruda Castanho tanto enche a boca, exige respeito, compostura, honestidade de atos e intenções. Teria praticado, em sua arenga, o nobre deputado, estes conceitos que honram e dignificam? Não nos parecer que e ta seja a boa maneira de praticar a democracia.

Srs. deputados, é o discurso que venho proferindo em defesa do Sr. Governador do Estado não teria necessidade de ser feito. Muitos dos nobres deputados, mais inteligentes do que eu, amigos também de S. Exa., poderiam fazê-lo. No entanto, como amigo pessoal do Sr. Governador, procurei ler o discurso do deputado Arruda Castanho no "Diário Oficial" e, até este momento, ele não foi publicado. Estou apenas falando baseado no que ouvi na ocasião em que S. Exa. fez o discurso, quando também recebeu alguns apertes.

Entretanto, eu desejava falar, nesta tarde, a respeito do discurso de S. Exa., em defesa do nome do Exmo. Sr. Governador do Estado, para que S. Exa. não tenha dúvida de que, nesta Assembléia, ainda há quem defenda o Sr. Governador.

Nota, pela fisionomia de ilustres colegas, que muitos deles desejariam falar a respeito e se não o fizeram até o momento foi porque o discurso do nobre deputado Arruda Castanho ainda não foi publicado no "Diário Oficial" do Estado.

**O SR. ANTÔNIO MASTROCOLA** — V. Exa. permite um aparte?

**O SR. ATHIE JORGE COURY** — Com prazer.

**O SR. ANTÔNIO MASTROCOLA** — Nobre deputado Athié Jorge Coury, como V. Exa. sabe, sou companheiro de bancada do nobre deputado Arruda Castanho. S. Exa. prazente também a União Democrática Nacional, não